

Tropa de Elite 2 sob o olhar de Maquiavel e de Foucault*

Suzana Rozendo
Universidade Federal de Santa Catarina

Índice

Introdução	1
1 O Sistema é uma bola de neve...	3
2 O fim da jornalista	6
Considerações Finais	7
Referências	8

Resumo

Este artigo traz uma reflexão sobre as relações de poder que podem ser vistas no filme brasileiro “Tropa de Elite 2” sob a ótica de Michel Foucault (1986, 2003, 2005, 2009) e Niccolò Machiavelli (2001). Os dois autores foram escolhidos pelo recorte da análise das relações de poder. Michel Foucault porque é um dos nomes mais influentes da intelectualidade francesa, em se tratando das análises microfísicas do poder, e Maquiavel porque, quase quinhentos anos depois da escrita do livro “O Príncipe”, ainda dá conta de algumas complexidades contemporâneas reveladas na trama.

Palavras-chave: Tropa de Elite 2; poder; Maquiavel; Foucault, cinema.

*Artigo aceito para apresentação no V World Congress on Communication and Arts, em Guimarães, Portugal.

Abstract

This article presents a reflection on the power relations that can be seen in the Brazilian film "Tropa de Elite 2" from Michel Foucault (1986, 2003, 2005, 2009) and Niccolò Machiavelli (2001) perspective. The two authors were selected by the profile analysis of power relations. Michel Foucault because he is one of the most influential names of the French intelligentsia, in case of the power microphysical analysis, and Machiavelli because, almost five hundred years after the writing of the book "The Prince", it still talks about some contemporary complexities revealed in the plot.

Key words: Tropa de Elite 2; power, Machiavelli, Foucault, cinema.

Introdução

O filme Tropa de Elite 2, de José Padilha, é uma ficção baseada em fatos reais. O longa-metragem descortina as cenas de uma realidade imperceptível aos olhares desatentos da sociedade em seu cotidiano e incita a reflexão sobre as funções precípuas do Estado, da mídia e da defesa dos Direitos Humanos. Por tratar de temas polêmicos, a

história protagonizada pelo “Capitão Nascimento” – encenado pelo ator Wagner Moura – foi aclamada pelo público e conquistou, em junho de 2011, nove prêmios no Festival de Cinema Brasileiro por ter sido recordista de bilheteria no País¹.

Tropa de Elite 2 inicia-se com uma cena de rebelião no presídio Bangu I. Na vida real, o episódio ocorreu em 2002, no complexo penitenciário do Rio de Janeiro, onde os bandidos mais perigosos do Brasil mantinham oito reféns. Entre os líderes da rebelião estaria um dos maiores traficantes do País, Luiz Fernando da Costa, o Ferdinando Beira-mar². A tensão começa quando os detentos tomam os agentes como reféns e passam a dominar todo o espaço interno do presídio. O intuito principal dos presos era o de eliminar os líderes rivais, o que de fato foi empenhado. O que não estava nos planos dos detentos era a chegada dos homens do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE. Como desfecho da ação, o capitão André Matias (interpretado pelo ator André Ramiro) sob o lema “Missão dada é missão cumprida” e desobedecendo a ordens expressas de seu superior, mata o líder da rebelião.

Na referida encenação é possível visualizar elementos básicos das chamadas “instituições disciplinares” apontadas por Foucault em “Vigiar e Punir” (2009). Elas estão

¹Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/06/tropa-de-elite-2-domina-grande-premio-do-cinema-brasileiro.html>. Acesso em 09 junho 2011.

²Disponível em: <http://correiodobrasil.com.br/rebeliao-em-bangu-i-poe-em-xeque-governo-do-pt/3074/>. Acesso em 23 abril 2011.

presentes, principalmente, nos quesitos referentes à distribuição dos corpos – organizados em celas e outros espaços complexos – e da vigilância – um olhar incessante e atento que tudo vê e, ao mesmo tempo, é inverificável. Foucault discorre muito bem sobre a importância da distribuição dos corpos e da vigilância difundidos, principalmente, pelas instituições disciplinares:

Sob a forma da taxinomia, tem por função caracterizar e constituir classes (portanto excluir as considerações de número). Mas sob a forma de repartição disciplinar, a colocação em quadro tem por função, ao contrário, tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número possível de efeitos. (...) O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (...) Dai o efeito mais importante (...) induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se e descontinua

em sua ação (FOUCAULT, 2009: 126-166).

A rebelião entre líderes de facções rivais retratou as noções da microfísica do poder apregoadas por Foucault (2003). De acordo com o referido autor, o poder não é exclusividade de determinada casta social e assim, exercido unilateralmente, ou ainda, verticalmente. Pelo contrário, Foucault (2003) acredita que o poder está distribuído por todas as partículas do corpo social, como a moeda que circula de mão em mão. Para ele, todos teriam certo poder e o exerceriam em dada medida. Inserindo este raciocínio na cena da rebelião, é possível enxergarmos como o poder não é algo estanque, pois, caso o fosse, os presos não o teriam em medida suficiente para empenhar tão ousada ação, já que estariam sobre o absoluto jugo do Estado; nem o militar do BOPE desobedeceria às rígidas ordens de superiores.

Neste contexto, cabe ainda resgatar outra concepção fundamental de Foucault sobre o sistema prisional: ao invés dele cumprir sua função elementar – o de ser um lugar de transformação meliorativa dos indivíduos – constitui-se, na prática, como um ambiente formador de pessoas delinquentes:

Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar

novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político (FOUCAULT, 1986: 131-2).

Ademais, na ficção e na vida real, a mídia – cumprindo o papel de manter a população informada – veiculou em sites, jornais e revistas o desenrolar da rebelião. Sobre isso, Freixo (2007: 74), ao avaliar a cobertura do sistema prisional brasileiro, faz um julgamento ruim porque, segundo ele, a imprensa desenvolve as pautas com foco nos elementos externos: “é muito raro o sistema penitenciário ser assunto na pauta da imprensa. Geralmente isso acontece quando tem fuga ou rebelião”.

Seguindo a descrição da trama, devido à desobediência do capitão Matias, que empreendeu o tiro, seu superior (Nascimento) é exonerado do comando do BOPE e se torna subsecretário de Segurança do Rio de Janeiro. Neste cargo, ele passa a entender as regras do jogo da política e descobre que o inimigo não é o tráfico, mas a milícia – grupos informais de militares que exploram determinadas comunidades.

1 O Sistema é uma bola de neve...

Enquanto o Tenente Coronel Nascimento ocupa o cargo de subsecretário de Segurança do Rio de Janeiro e é tratado pela população como herói, devido à repreensão

aos criminosos, a punição de Matias é ir para um batalhão repleto de policiais corruptos, liderados pelo Coronel Fábio (vivido pelo ator Milhem Cortaz). Matias, como um peão de um jogo de xadrez, ao divergir da opinião do rei, tem um fim trágico e é baleado pelas costas, por vingança e por temor de uma futura delação. Como no livro “O Príncipe”, a cena, carregada de intencionalidade e estratégias para retroalimentar o sistema do poder, pode ser vista como a interpretação do que Maquiavel quis dizer com “Os homens devem ser acarinhados ou eliminados, pois se se vingam das pequenas ofensas, das graves não podem fazê-lo; daí decorre que a ofensa que se faz ao homem deve ser tal que não se possa temer vingança” (MAQUIAVEL, 2001: 11).

Na trama, a culpa pela morte de Matias foi atribuída aos traficantes da favela, fato evidente, já que “os príncipes devem atribuir a outrem as coisas odiosas, reservando para si aquelas de graça” (MAQUIAVEL, 2001: 77).

Depois deste episódio, Nascimento descobre, em seu novo ofício, que o problema vai além de policiais mercenários. Em justificativa aos baixos salários, os agentes pedem dinheiro aos traficantes, para que esses possam praticar as atividades ilícitas nas favelas. A corrupção é muito maior. Um dos vilões da história, o policial Rocha (Sandro Rocha), líder da milícia inimiga de Nascimento, descobre como obter inúmeras vantagens e grandes lucros em uma comunidade pobre, porém, desta vez, sem o intermédio dos traficantes. Do mercado paralelo de TV a cabo à venda de gás de cozinha, tudo passa a ser controlado pela máfia da Polícia Militar carioca, que rapidamente se enriquece ao monopolizar esta clientela. É notável a re-

lação de força que existe entre a milícia e os pobres por meio de uma relação econômica. “O poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 1986: 175).

O interessante é saber que a favela não se opõe a milícia, que se sente muito mais temida que amada (MAQUIAVEL, 2001: 67). O poder dos militares é tão grande que passa a influenciar até o jogo político-eleitoral no período de eleição. Uma aliança se forma e, na busca por votos, os responsáveis pela segurança pública do Estado e o governador organizam um churrasco, com dinheiro público, em uma das comunidades que dominam, afinal é conveniente, em determinadas épocas do ano, distrair o povo com festas e espetáculos (MAQUIAVEL, 2001: 94) travestidos de campanhas eleitorais.

Diante desta popularidade, o governador se elege por voto público, por mercê do favor de seus conterrâneos (MAQUIAVEL, 2001: 35) e esforça-se para manter-se no trono. “Deve, pois, alguém que se torne príncipe mediante o favor do povo, conservá-lo amigo, o que se lhe torna fácil, uma vez que não pede ele senão não ser oprimido” (MAQUIAVEL, 2001: 42).

O jornalista Fúlvio Costa, em uma crítica ao filme, faz várias indagações e pretende ver a resposta de suas perguntas no “Tropa de Elite 3”:

O filme é uma aula para se entender alguns motivos de a segurança pública não favorecer a população brasileira. É uma forma de entender por que muitos assassinatos, sequestros não são expli-

cados. Tropa de Elite 2 denuncia uma polícia que na verdade é o inimigo público número 1 da sociedade. Denuncia também um sistema falido que colabora com interesses de poucos grupos dentro da própria corporação da polícia e de grupos políticos. [...] Quem protege quem? A população está segura? Quem assegura isso? E nossos políticos, são coniventes? Até que ponto nós, simples mortais, estamos protegidos por um sistema de segurança tal qual está hoje? (COSTA, 2010).

Para se manter no comando, outra personagem de extrema importância foi a “liberdade de expressão”. O apresentador e deputado Fortunato (André Mattos) traduziu – por meio de sapateados, supercloses e estragos no cenário do programa – o papel da mídia sensacionalista, que pode ser vista em alguns programas da televisão brasileira. Na ficção, o “espetáculo” que faz a plateia rir era usado para facilitar e defender as ações da milícia. A mídia mostrou-se aliada da sujeira e virou as costas para os fundamentos do jornalismo:

O jornalismo deve servir à comunidade em que se exerce, exprimindo os seus ideais, contribuindo para a realização das suas causas e solução dos seus problemas e conflitos, advertindo-se dos seus erros e apontando-lhe os caminhos certos para o êxito dos seus empreendimentos (BELTRÃO, 2006: 33).

O acesso à informação deveria ser uma arma contra a corrupção e a trama mostrou como ela pode ser usada de forma distorcida para colaborar com a ilegalidade e influenciar pessoas.

O programa de TV exposto no filme escancara a manipulação da opinião pública. O pensador Walter Lippmann (1997), na década de 1920, já dizia que nós agimos tendo em vista não a realidade que nos cerca, mas “as imagens em nossas cabeças”. A mídia é uma das principais fontes para a produção destas imagens e um programa espetaculoso, como o que foi mostrado no filme e como alguns que podem ser vistos em canais abertos no Brasil, não deveriam ter a veiculação permitida para não influenciar a tomada de decisão das pessoas de forma negativa, segundo os padrões considerados corretos pela sociedade.

Paralelamente à situação vivida em seu cargo público, o Tenente Coronel percebe que seu filho está sendo influenciado pelo padrasto Fraga (Irandhir Santos), defensor dos Direitos Humanos que se opõe publicamente ao trabalho de Roberto Nascimento.

Rafael (Pedro Van Held), aderindo aos ideais do padrasto, afasta-se do pai. Desta relação, pode-se observar que o padrasto passa a exercer mais poder sobre o adolescente que o próprio pai. Para reverter o jogo, são necessários estabelecimentos de novos pactos, evidenciados, por exemplo, no treinamento de jiu-jitsu, o que caracteriza um momento de cumplicidade entre pai e filho. Importante notar também que Fraga usou-se da força de seu discurso para eleger-se deputado e, por meio de sua retórica, convenceu um grande público a aderir às suas ideias. Nota-se a formação de um triângulo: “o exercício do poder cria perpetua-

mente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (FOUCAULT, 1986: 142).

2 O fim da jornalista

Para quem é jornalista, a cena do desfecho da mulher que investiga as milícias é inesquecível. Na gana pela matéria de capa, Clara (Tainá Muller) sofre as consequências de tentar testemunhar à sociedade o que havia descoberto. Além de ter sido estuprada e queimada, os milicianos tiveram ainda o cuidado de arrancar-lhe os dentes para que o crânio não fosse identificado.

Um caso parecido ocorreu na vida real, mas, por pouco, os personagens não tiveram que pagar o preço da matéria de capa com a vida. Uma repórter, um fotógrafo e um motorista do jornal “O Dia”, que circula na mesma cidade-palco deste enredo, foram torturados por milicianos que dominavam a Favela do Batan, em Realengo. A equipe, disfarçada, estava morando em um barraco na comunidade, preparando uma reportagem sobre o cotidiano de quem vivia sob o domínio de uma milícia. Descobertos pelos bandidos, os três foram torturados com choques elétricos, socos e pontapés³.

Mesmo correndo risco de vida, muitos repórteres investigativos não se intimidam com os riscos da profissão e com os exemplos de insucessos. Eles vão onde outros não podem ir, questionam, insistem, escolhem denunciar, como salienta Mauro Marlin:

³Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/05/31/jornalistas_sao_torturados_por_milicianos_no_rio_equipe_de_dia_foi_espancada_por_7_horas_na_zona_oeste-546603280.asp. Acesso 08 junho 2011.

Que repórter com brio profissional não gosta de ver publicada uma reportagem que faz o leitor pensar: "Puxa, eu não sabia disso", ou "Caramba, chegaram a esse ponto!". Se dependesse da vontade dos jornalistas, todo dia saía uma nova revelação. Não para "atacar" a polícia; para mobilizar a consciência da população, complicar a vida dos mandatários que só pensam em pesquisa de imagem e ajudar os que resistem ao "tsunami"⁴ (MARLIN, 2011).

Outro ponto importante a ser questionado na ficção é o receio, por interesses econômicos, do editor-chefe em publicar o material que Clara se propunha a investigar. Fica subentendido que boa parte da receita do jornal advinha do governo. Na vida real, não é diferente:

Os anúncios do estado permanecem uma das fontes financeiras mais importantes para a imprensa de modo geral. Esta situação continua sem qualquer mudança hoje quando os governos mantêm um poder substancial sobre o aspecto econômico da imprensa e controlam as decisões-chave que afetam o negócio da mídia (WAISBORD, 2009).

A jornalista, antes de morrer, sofre o que Nelson Traquina chama de constrangimento organizacional. Neste caso, a redação

⁴Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=637JDB040>. Acesso em 09 junho 2011.

configura-se, acima de tudo, como uma empresa jornalística, influenciada pelos meios de que a organização dispõe. O jornalismo é visto como negócio e o fator econômico está acima do interesse público (TRAQUINA, 2004), ou seja, a mídia curva-se “às incontornáveis leis de mercado” (MARTIN, 2004: 147). Na trama, Clara não se conforma com a política editorial do veículo e vai atrás de sua crença, o que acarreta em sua morte.

Este exemplo da redação é o que Foucault chama a atenção na análise do poder como algo que se exerce em rede:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali. [...] O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo (FOUCAULT, 2005: 35).

Na sequência da trama, o Tenente Coronel vai à Câmara Legislativa do Rio de Janeiro para relatar publicamente as suas descobertas sobre a milícia. Mesmo com as denúncias, o governador se reelege. A atitude desperta a ira dos mafiosos que, a qualquer custo, desejam vingança. O alvo? Rafael, filho de Nascimento.

Os corruptos armam uma emboscada e o filho de Nascimento é baleado. Para se manter no poder “um príncipe não pode seguir todas as coisas a que são obrigados os homens tidos como bons, sendo muitas vezes obrigado, para conservar o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião” (MAQUIAVEL, 2001: 73).

Considerações Finais

Apesar de a teoria de Maquiavel ser do século XVI, a noção de poder do livro “O Príncipe” parece bastante atual, na medida em que a palavra príncipe, em certas situações, pode perfeitamente ser substituída pela palavra Governo ou Estado. O próprio Foucault (1986) reconheceu o pioneirismo e a importância do pensamento “maquiavélico” para a constituição do Estado moderno. O conceito de política de Maquiavel, quase quinhentos anos depois de seu escrito, ainda dá conta de algumas complexidades contemporâneas analisadas no filme “Tropa de Elite 2”. O que se pode notar é que os mecanismos de permanência no poder ainda se sustentam da mesma maneira, com a diferença de que a sociedade agora é mais complexa. A mídia tornou-se uma arma nas relações de poder e o capitalismo se fortaleceu ainda mais.

As relações de poder, analisadas por Foucault, que giram em torno do dinheiro, da punição e do sistema de retroalimentação encontram ambientes férteis nas cenas do filme, principalmente, nas demonstrações de corrupção, assunto que está sempre em voga na vida real e é intrínseco à história brasileira.

Os políticos, em vez de procurarem soluções para os problemas que a sociedade enfrenta, acabam apropriando-se dos bens coletivos em benefício próprio, abrindo grandes lacunas no sistema educacional, de saúde, segurança e moradia. Tudo, ou pelo menos quase tudo, que se opera no poder político é camuflado por um grupo de interesse no qual os cidadãos têm um papel secundário. Grande parte do dinheiro que a população paga nos impostos – e que deveria

ser usado em benefício do Estado – escorre pelo ralo da corrupção brasileira. Mesmo assim, muitos políticos escapam ilesos das punições que lhes caberiam.

Assim como o Tenente Coronel sentiu o sabor amargo de descobrir que o tráfico não era seu maior inimigo, os telespectadores também se sentem de mãos atadas diante deste cenário. O tráfico de drogas é um problema que se agrava cada vez mais no País, mas a cultura política da corrupção é uma vergonha ainda maior, que faz com que o Brasil – embora esteja crescendo economicamente – fique longe de ter a qualidade de um país de primeiro mundo.

Expor os fatos da corrupção e denunciar a improbidade administrativa, como fez o protagonista do filme, é o primeiro passo para se fazer uma assepsia nos focos de corrupção. Depois, a própria população deveria tomar consciência de seu papel na democracia e eleger com mais cautela as pessoas que ocupam cargos de poder.

Mesmo sendo uma peça de ficção, pode-se considerar o “Tropa de Elite 2” um espelho da realidade disfarçado de entretenimento. O filme é um passaporte para que a população repense o Brasil corrupto. O Brasil que todos sabem que existe, mas que pouco é visto na tela do cinema.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do Jornalismo*. Adamantina: FAI/ Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/ Edições Omnia, 2006.
- COSTA, Fúlvio. *Tropa de Elite 2 denuncia a Polícia e os políticos corruptos*. Disponível em: <http://www.grajaundefato.com.br/artigos/tropa-de-elite-2-denuncia-policia-os-politicos-corruptos/Acessoem23abril2011>. Acesso em 25 abril 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia Poder-Saber*. Org. Manoel Barros da Motta; Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª ed., 1986.
- FOUCAULT, M. Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- FREIXO, Marcelo. O discurso é de ampliação da repressão. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências da cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. Nova Iorque: Free Press, 1997.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O príncipe*; tradução, prefácio e notas Lívio Xavier. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- MARLIN, Mauro. *A corrupção é (só) policial?*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=637JDB040>. Acesso em 09 junho 2011.

MARTIN, Stephanie. *Vérité et objectivité journalistique: même contestation?* In: *Les Cahiers du journalisme*, nº 13, 2004. Trad. nossa.

PADILHA, José. *Tropa de Elite 2*. [Filme-vídeo]. Produção de José Padilha e Marcos Prado, direção de José Padilha. Rio de Janeiro, 2010.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004.

WAISBORD, Silvio. *A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina*. *Brazilian Journalism Research*, vol. 2, nº 1, p. 2-15, 2009.